

**PORTARIA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS
COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO**

Portaria nº 32, de 6 de julho de 2012.

Aprova o Regulamento de Funcionamento das Comissões e Grupos de Trabalho e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, incisos II, III e VI, do Decreto Federal nº 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei nº 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e observando os Autos de nº 53.000.910/2008, resolve:

Art. 1º APROVAR o Regulamento de Funcionamento das Comissões e Grupos de Trabalho (RFCGT/CBMDF) e publicá-lo como [anexo 3](#) ao presente boletim.

Art. 2º DETERMINAR à DITIC que promova a divulgação do regulamento na página do CBMDF e na *intranet*.

Art. 3º Todos os presidentes de comissões e grupos de trabalho em andamento devem enviar à Controladoria, no prazo de 72h (setenta e duas horas), as informações sobre as atividades desenvolvidas até a publicação desta portaria, inclusive:

I - número e data de todos os boletins em que foram publicados atos alusivos à comissão ou grupo de trabalho (designação, prorrogação, inclusão de militar, exclusão de militar, etc.);

II - relação com os nomes dos militares que compõem a comissão ou grupo de trabalho;

III - número dos autos do processo administrativo que tratam das atividades da comissão ou grupo de trabalho.

Art. 4º Todos os militares designados ou indicados para comporem comissões ou grupos de trabalhos externos, cujos trabalhos encontram-se em andamento, devem encaminhar à Controladoria, no prazo de 72h (setenta e duas horas), informações, dentre elas:

I - número de todos os boletins em que foram publicados atos alusivos aos trabalhos da comissão ou grupo de trabalho;

II - número do ofício de apresentação à autoridade responsável pela comissão ou grupo de trabalho;

III - número dos autos do processo administrativo que tratam das atividades da comissão ou grupo de trabalho, ou justificativa, em caso de não existirem autos de processo administrativo.

Art. 5º DETERMINAR ao Controlador, por meio do setor competente, que divulgue na página da *intranet*, no prazo de 20 (vinte) dias contados desta publicação, a relação de todas as comissões e grupos de trabalhos em andamento, especificando:

I - militares que compõem a comissão ou grupo de trabalho;

II - número e data do boletim de designação;

III - data de encerramento do prazo concedido.

Art. 6º Todos os atos praticados pelos presidentes de comissões ou grupos de trabalho devem observar, no que couber, o regulamento aprovado pela presente portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 16/2004 e demais disposições contrárias.

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES E DOS GRUPOS DE TRABALHO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Art. 1º Os trabalhos das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar serão regulados pelo presente regulamento.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º As comissões do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal terão caráter permanente ou eventual.

§ 1º Comissão com caráter permanente (CCP/CBMDF) é aquela que preenche, no mínimo, um dos seguintes requisitos:

- I** - no ato de designação consta o prazo de conclusão das atividades;
- II** - integra a estrutura organizacional;
- III** - possui regimento próprio;
- IV** - possui a denominação de permanente.

§ 2º Comissão com caráter eventual (CCE/CBMDF) é aquela em que no ato de designação se faz constar o prazo para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Os grupos de trabalho no CBMDF (GT/CBMDF) terão sempre caráter eventual, com prazo para a conclusão dos trabalhos.

CAPÍTULO II COMPETÊNCIA E FORMA PARA DESIGNAÇÃO, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º São competentes para designar comissão e grupo de trabalho:

- I** - Comandante-Geral: quanto se tratar de comissão permanente e em caso de comissão eventual ou grupo de trabalho o assunto e a composição ultrapassar o limite de competência dos chefes, diretores e comandantes dos órgãos da Corporação inclusive do Subcomandante-Geral.
- II** - Subcomandante-Geral, Chefe de Gabinete do Comandante-Geral, Chefes de Departamentos, Chefe do Estado-Maior-Geral, Comandante Operacional, Diretores, Ajudante-Geral e Controlador: quando todos os integrantes lhes forem subordinados.

Art. 5º O Comandante-Geral designará comissão e grupo de trabalho por meio de portaria e as outras autoridades por meio de ordem de serviço, conforme modelos que constam como anexos A e B.

§ 1º Antes da assinatura do ato de designação a minuta da portaria ou ordem de serviço deverá ser remetida ao Controladoria para:

I - verificar se o ato está de acordo com a norma vigente;

II - verificar se os membros a serem designados não estão nomeados em mais de duas comissões ou grupos de trabalho, simultâneos, internos ou externos.

III - apor o aval para publicação ou retornar à autoridade designadora para correções.

§ 2º A inclusão de militar em comissão já designada será promovido, como o aval da Controladoria, por ato de designação da autoridade instauradora conforme Anexos C e D.

§ 3º Quando houver a necessidade de substituir militar o ato será publicado em boletim geral sob a forma de portaria ou ordem de serviço de designação de militar em substituição, com o aval da Controladoria, conforme Anexo E e F.

§ 4º Nenhum ato de designação de comissão, a exceção dos praticados pelo Comandante-Geral, serão incluídos em boletim sem o aval da Controladoria.

§ 5º Verificando que não consta o aval do DIGEP no ato de designação, o Ajudante-Geral retornará o ato à autoridade designadora para que o providencie.

Art. 6º A composição e o funcionamento das comissões permanentes serão previstos em regimento, aprovado pelo Comandante-Geral.

Parágrafo único. Não possuindo regimento a comissão permanente observará, no que couber, este regulamento.

Art. 7º No ato de designação, observando os modelos publicados como anexos A e B, deverão constar as seguintes informações:

I - órgão ou setor da Corporação interessado;

II - objeto da apuração ou assunto;

III - autoridade instauradora do procedimento;

IV - integrantes da comissão;

V - prazo para conclusão dos trabalhos;

VI - delegação de competência ao presidente da comissão para produção de toda a documentação necessária à consecução dos trabalhos;

VII - prazo para o presidente receber a matéria;

VIII - outras considerações que sejam legais, razoáveis, convenientes e oportunas.

Art. 8º Nenhuma comissão ou grupo de trabalho será designada com menos de três militares.

§ 1º Nenhum militar deverá ser nomeado em mais de três comissões e/ou grupos de trabalhos internos, simultaneamente.

§ 2º O militar de maior grau hierárquico presidirá a comissão ou o grupo de trabalho e, se necessário e não constar na portaria de designação, nomeará um relator e/ou um secretário por meio de expediente que constará como peça dos autos.

§ 3º Nas ausências do presidente o militar de maior grau hierárquico presente dirigirá os trabalhos.

§ 4º O presidente solicitará a própria substituição ou de integrantes quando verificado impedimento, suspeição ou impossibilidade de exercer as atividades junto à comissão ou ao grupo de trabalho, especificando os motivos do impedimento, da suspeição ou da impossibilidade.

§ 5º O impedimento pode ser fundado em uma das seguintes situações:

I - for parte no processo;

II - interveio em algum momento no assunto objeto da comissão ou grupo de trabalho;

III - for cônjuge, parente consanguíneo ou afim, de algum interessado no objeto de estudo, na linha reta ou colateral, ate terceiro grau;

§ 6º A suspeição de integrante de comissão ou grupo de trabalho será suscitada nos seguintes casos:

I - existência de amizade íntima ou inimizade declarada com militar alvo do objeto de estudo;

II - houver crédito ou débito próprio, de cônjuge ou de parentes com militar diretamente beneficiado com o objeto de estudo;

III - recebimento de dádivas, antes ou depois de iniciado os trabalhos;

IV - aconselhar algum interessado na matéria o objeto de estudo da comissão ou grupo de trabalho;

V - existir interesse pessoal direto na matéria objeto de estudo da comissão ou grupo de trabalho

§ 7º Os afastamentos temporários do serviço previstos na Portaria 27/2010, quando superiores a dez dias e simultâneos ao período de atividade da comissão ou grupo de trabalho, caracterizam-se como motivos de impossibilidade.

§ 8º No pedido de substituição de membro, a exceção daquele efetuado pelo Comandante-Geral, deverá constar o nome de eventual substituto sob pena de devolução à origem.

§ 9º O presidente da comissão ou grupo de trabalho poderá pedir a própria dispensa ou de outros militares, por meio de memorando remetido à autoridade designadora, especificando os motivos do pedido e o número do boletim de designação, no conste o nome do militar.

§ 10. A dispensa de militar da função que exerce em comissão ou grupo de trabalho será publicada em boletim, observando os modelos publicados como anexos I e J.

Art. 9º Quando necessário o presidente da comissão ou do grupo de trabalho solicitará a nomeação de subcomissão(ões) ou de subgrupo(s) de trabalho, por meio de memorando dirigido à autoridade designadora, no qual especificará:

I - número do BG em que foi publicada a designação da comissão ou do grupo de trabalho e o objeto da designação;

II - os militares que comporão a(s) subcomissão(ões) ou subgrupo(s) de trabalho, especificando quem será o presidente;

III - o ciente do chefe imediato dos militares que comporão as subcomissões ou o(s) grupo(s) de trabalho, quando não forem diretamente subordinadas à autoridade designadora.

Art. 10. Ao término dos trabalhos o presidente da comissão ou do grupo de trabalho apresentará o relatório à autoridade instauradora.

§ 1º Todos os documentos recebidos e expedidos pela comissão farão parte de processo administrativo devidamente autuado pelo presidente da comissão ou grupo de trabalho.

§ 2º Parágrafo único. O memorando, por meio do qual será apresentado o relatório, constará como última folha dos autos.

CAPÍTULO III DO PRESIDENTE

Art. 11. Ao presidente de comissão ou de grupo de trabalho, além do disposto em lei e no regimento da comissão, quando houver, compete:

I - assinar os documentos expedidos pela comissão;

II - convocar e presidir todas as reuniões da comissão e nelas zelar pela ordem necessária;

III - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e votação, caso não tenha sido assim procedido;

IV - dar à comissão conhecimento de toda a matéria recebida e despachá-la;

V - dar conhecimento a comissão da pauta das reuniões, prevista e organizada na forma deste regulamento e do regimento das comissões;

VI - em consenso, designar um relator dentre os membros e distribuir-lhe a matéria sujeita a parecer, ou avocá-la, quando ausente o relator;

VII - conceder a palavra aos membros da comissão;

VIII - manter a ordem na condução dos trabalhos e advertir os membros que se exaltarem no decorrer da reunião;

IX - submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da comissão e proclamar o resultado da votação fazendo constar, ainda, a relação nominal dos votos contrários;

X - conceder vista dos documentos aos membros da comissão;

XI - assinar os pareceres e o relatório juntamente com os membros da comissão;

XII determinar a confecção das atas das reuniões a serem incluídas na documentação produzida pela comissão, bem como o registro de presença de seus integrantes; e

XIII - Tomar as demais providências para o bom funcionamento da comissão.

CAPÍTULO IV **DO RELATOR E DO SECRETÁRIO E DOS MEMBROS**

Art. 12. Ao militar designado relator, além de sua participação efetiva como membro, compete:

I - a elaboração do relatório final que deverá ser submetido à comissão para apreciação e decisão;

II - informar ao presidente quando estará em gozo de afastamento temporário do serviço, quando coincidir com o período de funcionamento da comissão ou do grupo de trabalho;

III - informar ao presidente da comissão ou do grupo de trabalho motivos que impedem a participação na comissão ou no grupo de trabalho;

IV - cumprir as determinações legais que lhe forem atribuídas pelo presidente;

VI – atuar como relator, quando não designe algum integrante como relator, salvo disposições em contrário.

Art. 13. Ao Secretário, além de sua participação efetiva como integrante, compete:

I - confeccionar as atas e lê-las ao início da reunião subsequente, para conhecimento e decisão;

II - montar os autos do processo administrativo que conterà a história dos trabalhos;

II - manter os membros informados sobre as decisões do presidente;

III - informar ao presidente quando estará em gozo de afastamento temporário do serviço, quando coincidir com o período de funcionamento da comissão ou do grupo de trabalho;

IV - informar ao presidente da comissão ou do grupo de trabalho motivos que impedem a participação na comissão ou no grupo de trabalho;

V - cumprir as determinações legais que lhe forem atribuídas pelo presidente.

Art. 14. Aos integrantes, além da participação efetiva, compete:

I - informar ao presidente quando estará em gozo de afastamento temporário do serviço, quando coincidir com o período de funcionamento da comissão ou do grupo de trabalho;

II - informar ao presidente da comissão ou do grupo de trabalho os motivos que impedem a participação na comissão ou no grupo de trabalho;

III - cumprir as determinações legais que lhe forem atribuídas pelo presidente.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 15. Os integrantes das comissões ou grupos de trabalho reunir-se-ão, por determinação de seu presidente, em dia, hora e local preestabelecidos, preferencialmente dentro do horário de expediente normal em vigência da Corporação.

§ 1º. As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta, podendo, a juízo do presidente, estenderem-se além dos horários pré-definidos.

§ 2º O Presidente informará à autoridade designadora o local onde serão desenvolvidas as atividades da comissão ou grupo de trabalho, a qual julgando conveniente e oportuno publicará em boletim da Corporação.

Art. 16. As reuniões serão de caráter ordinário extraordinário ou reservado.

§ 1º as reuniões de caráter ordinário são aquelas em que o presidente transmite ordens, serviços e orientações ao secretário, ao relator e aos demais membros da comissão sobre o andamento e o conhecimento dos trabalhos a serem desenvolvidos, são tratados assuntos alusivos ao objeto da comissão e estão previstas na ata da reunião anterior.

§ 2º reuniões de caráter extraordinário são aquelas que não estão previstas na ata da reunião anterior, convocadas para tratar de matéria que demanda deliberação imediata, em virtude do assunto e da urgência, por solicitação interna ou externa ao CBMDF.

§ 3º as reuniões de caráter reservado são aquelas em que são tratados assuntos classificados com grau de sigilo, não permitindo a presença de pessoas estranhas à comissão ou grupo de trabalho e/ou ao assunto.

§ 4º As reuniões serão sempre realizadas com a presença da maioria absoluta dos militares que compõem a comissão ou grupo de trabalho, salvo disposição contrária em regimento próprio.

§ 5º Nas reuniões será admitida a participação de civis ou outros militares para prestarem informações, consultorias e assessorias, além de pessoas convocadas para prestarem esclarecimentos, as quais poderão assinar a ata da reunião na qualidade de convidado, isso em face da complexidade ou especificidade do assunto abordado, nas reuniões da comissão ou do grupo de trabalho.

CAPÍTULO VI DOS PRAZOS E DA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO

Art. 17. As comissões eventuais e os grupos de trabalho terão a duração de até 30 dias, contados a partir do dia posterior ao dia de recebimento da matéria.

§ 1º A autoridade instauradora poderá designar prazo, maior que 30 dias para a realização dos trabalhos, considerada a complexidade da matéria.

§ 2º O prazo inicial poderá ser prorrogado uma única vez até o limite do prazo inicial, a pedido do presidente.

§ 3º O pedido de prorrogação, que conterà os seguintes requisitos, deverá ser protocolado junto à autoridade instauradora até cinco dias antes do término do prazo inicial.

I - nº do BG de publicação do ato de designação;

II - data de recebimento da matéria.

III - justificativa fundamentada do pedido de prorrogação;

IV - número de dias de prorrogação.

§ 4º A prorrogação de prazo, quando concedido, terá início no primeiro dia após o término do prazo inicial.

§ 5º Os prazos serão computados em dias corridos.

Art. 18. Para a aprovação do relatório será necessária a presença mínima de 2/3 dos membros.

Parágrafo único. Os votos contrários à aprovação do relatório conclusivo, assim como os motivos, constarão nos autos.

CAPÍTULO VII DA SUSPENSÃO E DA INTERRUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 19. A autoridade instauradora poderá suspender ou interromper os trabalhos da comissão ou do grupo de trabalho, a pedido ou de ofício, de forma justificada, observando os princípios que norteiam o direito administrativo, a conveniência e a oportunidade.

§ 1º Na suspensão o prazo fluirá normalmente quando reiniciarem os trabalhos, somando-se o prazo anteriormente decorrido.

§ 2º Na interrupção o prazo voltará ao início, não sendo computado, no prazo, os dias anteriormente decorridos.

CAPÍTULO VIII DA CONCLUSÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS PELA AUTORIDADE INSTAURADORA

Art. 20. O término dos trabalhos da comissão ou do grupo de trabalho deverá ser publicado em boletim por ato da autoridade instauradora.

Art. 21. De posse do relatório final dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, a autoridade que instaurou o procedimento, deverá tornar público o recebimento do relatório conforme anexos G e H e determinar as medidas que serão adotadas.

§ 1º A decisão final da autoridade instauradora deverá ser publicada em boletim.

§ 2º Cópia da NB e da publicação deverão ser incluídos nos autos.

CAPÍTULO IX DO ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS

Art. 22. O arquivamento do processo deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - quando houver apenas um militar como interessado, os autos serão arquivados no dossiê do militar;

II - quando houver dois ou mais militares como interessados, os autos deverão ser arquivados no dossiê do militar que tiver precedência hierárquica sobre os demais;

III - O Comandante-Geral e o Subcomandante-Geral, observando o assunto, a conveniência e a oportunidade, poderão determinar que os autos sejam arquivados em local diverso dos previstos nos itens deste artigo.

IV - Quando houver dois ou mais militares como interessados, os autos deverão ser arquivados no dossiê do militar que tiver precedência hierárquica;

V - nos demais casos a autoridade instauradora determinará onde serão arquivados os autos.

CÁPITULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O Comandante-Geral, em atendimento a solicitações, poderá indicar militares para comporem comissões externas (COMEX) ou grupos de trabalhos externos (GTE).

Parágrafo único. Quando indicado para participar de COMEX ou GTE o oficial observará, quanto às atividades, além do que for determinado pelo Comandante-Geral e quando não contrariar as normas da Corporação, o regramento próprio da COMEX ou do GTE para o qual foi designado.

Art. 24. O presidente da comissão ou do grupo de trabalho, ou o seu substituto, em caso de necessidade, deverá solicitar as informações que achar convenientes e oportunas diretamente ao órgão competente.

Art. 25. As comissões e grupos de trabalho produzirão os expedientes com numeração e sigla própria, inclusive nota de boletim e ofícios para assinatura do Comandante-Geral.

Art. 26. Nos documentos produzidos para assinatura do Comandante-Geral constará a abreviatura “Cmt-Geral”, após a sigla da comissão ou grupo de trabalho.

Art. 27. O dirigente do órgão deverá adotar as medidas administrativas necessárias com a finalidade de facilitar e agilizar o atendimento do pedido do presidente da comissão ou grupo de trabalho, justificando em caso de impossibilidade de atendimento.

Parágrafo único. Constatado que o assunto, ou parte dele, não é de competência da autoridade requerida, esta deverá dar o correto encaminhamento informando ao requerente sobre o procedimento adotado, isso observando o art. 7º do Decreto 5.234, de 14 de maio de 1980.

Art. 28. A Controladoria é o órgão competente para controlar as designações de comissões e grupos de trabalho internos e as indicações de militares para comissões e grupos de trabalhos externos, assim como manter registro atualizado com as seguintes informações:

I - número do boletim de designação;

II - composição;

III - inclusão e exclusão de membros

IV - número dos boletins em que forem publicados os atos alusivos à comissão ou grupo de trabalho, inclusive a finalização dos trabalhos.

Art. 29. Os atos processuais deverão observar a forma prevista no Manual de Gestão de Documentos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto 31.017, de 11 de novembro de 2009, publicado no DODF de 11 de novembro de 2011, observadas as alterações que se tornarem vigentes.

Art. 30. Os atos alusivos às comissões e grupos de trabalho obedecerão ao princípio da regularidade das formas.

Art. 31. Os militares designados como integrantes de comissão ou grupo de trabalho exercerão suas atividades simultaneamente com a atividade fim ou atividade meio.

§ 1º O Comandante-Geral poderá autorizar o regime integral à disposição da comissão ou grupo de trabalho.

§ 2º Quando solicitado o regime integral deverá ser indicado substituto para exercer a atividade meio ou atividade fim do integrante da comissão ou grupo de trabalho.

§ 3º Quando não indicado militar para substituir o integrante da comissão ou grupo de trabalho o pedido de regime integral será indeferido.

Art. 32. Os fatos conexos surgidos durante os trabalhos da comissão ou do grupo de trabalho serão informados à autoridade instauradora para a adoção das medidas necessárias.

Brasília, de julho de 2012 .

Gilberto LOPES da Silva – Cel. QOBM/Comb.
Comandante-Geral



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)/Cmt-Geral Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO COMANDANTE-GERAL

**DESIGNAÇÃO DE (COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO PARA [OBJETO DA COMISSÃO
OU DO GRUPO DE TRABALHO])**

Portaria de (dia) de (mês) de 201 .

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II, III e VI do artigo 7º do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, que regulamenta o inciso I do artigo 10-B da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e a Portaria (nº/ano), que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências, resolve:

1. Designar a (comissão ou grupo de trabalho) composta pelos seguintes militares para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho ou assunto).

a) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Presidente;

b) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Membro;

c) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Membro;

d) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Membro ;

(...)

2. A (comissão ou grupo de trabalho) deverá apresentar (...) no prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente publicação.

3. Delegar competência ao Presidente da (comissão ou grupo de trabalho) para solicitar aos titulares dos órgãos do CBMDF informações e documentos necessários à consecução dos trabalhos.

4. O Presidente da (comissão ou grupo de trabalho) terá o prazo de (...) para receber a documentação junto à (...).

5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gilberto LOPES da Silva – Coronel QOBM/Comb.
Comandante-Geral



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO (AUTORIDADE DESIGNADORA)

**DESIGNAÇÃO DE (COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO PARA [OBJETO DA COMISSÃO
OU DO GRUPO DE TRABALHO])**

Ordem de Serviço (nº ...) , de (dia) de (mês) de 201 .

O (autoridade designadora), no uso das atribuições que lhe confere (dispositivos legais que conferem a competência para a designação de comissão ou grupo de trabalho, inclusive regimento do órgão e a Portaria [nº/ano], que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências), resolve:

1. Designar a (comissão ou grupo de trabalho) composta pelos seguintes militares para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho ou assunto).

a) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Presidente;

b) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Membro;

c) (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...)) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/Membro;

(...)

2. A (comissão ou grupo de trabalho) deverá apresentar (...) no prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente publicação.

3. Delegar competência ao Presidente da (comissão ou grupo de trabalho) para solicitar aos titulares dos órgãos do CBMDF informações e documentos necessários à consecução dos trabalhos.

4. O Presidente da (comissão ou grupo de trabalho) terá o prazo de (...) para receber a documentação junto à (...).

5. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE DESIGNADORA) – POSTO QOBM/(...).
(FUNÇÃO)
matr. (...)

Ato de acordo com a Portaria (nº...)/(ano), publicada no BG (nº...), de (dia) de (mês) de 201 .

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

(CONTROLADOR) – POSTO QOBM/Comb.
matr. (...)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBMDF)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)/Cmt-Geral Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO COMANDANTE-GERAL

DESIGNAÇÃO DE MILITAR PARA COMPOR (COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO)

Portaria de (dia) de (mês) de 201 .

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II, III e VI do artigo 7º do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, que regulamenta o inciso I do artigo 10-B da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e a Portaria (nº/ano), que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências, resolve:

1. Designar o (NOME POSTO OU GRADUAÇÃO QOBM OU QBMG MATR), para compor a (comissão ou grupo de trabalho) publicada no no BG (nº), de (dia) de (mês) de (ano) para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho).

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo os titulares dos setores envolvidos providenciarem o que lhes couberam.

Gilberto LOPES da Silva – Coronel QOBM/Comb.
Comandante-Geral



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO) Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO (AUTORIDADE DESIGNADORA)

DESIGNAÇÃO DE MILITAR PARA COMPOR (COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO)

Ordem de Serviço (nº ...) , de (dia) de (mês) de 201 .

O (autoridade designadora), no uso das atribuições que lhe confere (dispositivos legais que conferem a competência para a designação de comissão ou grupo de trabalho, inclusive regimento do órgão e a Portaria [nº/ano], que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências), resolve:

1. DESIGNAR (NOME POSTO OU GRADUAÇÃO QOBM OU QBMG MATR), para compor a (comissão ou grupo de trabalho) designada por meio da Portaria (...), publicada no BG (Nº), de (dia) de (mês) de (ano) para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho).
2. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE DESIGNADORA) – POSTO QOBM/(...)
(FUNÇÃO)
matr. (...)

Ato de acordo com a Portaria (nº...)/(ano), publicada no BG (nº...), de (dia) de (mês) de 201 .

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

(CONTROLADOR) – POSTO QOBM/Comb
matr. (...)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)/Cmt-Geral

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO COMANDANTE-GERAL

**DESIGNAÇÃO DE MILITAR PARA COMPOR (COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO) EM
SUBSTITUIÇÃO**

Portaria de (dia) de (mês) de 201 .

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II, III e VI do artigo 7º do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, que regulamenta o inciso I do artigo 10-B da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e a Portaria (nº/ano), que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências, resolve:

1. DESIGNAR o seguinte militar para compor a (comissão ou grupo de trabalho) designada por meio da Portaria (...), publicada no BG (nº), de (dia) de (mês) de (ano) para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho) em substituição.

a) substituto: (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/(função na comissão ou grupo de trabalho);

b) substituído: (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/(função na comissão ou grupo de trabalho);

(...)

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gilberto LOPES da Silva – Coronel QOBM/Comb.
Comandante-Geral



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO (AUTORIDADE DESIGNADORA)

**DESIGNAÇÃO DE MILITAR PARA COMPOR (COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO) EM
SUBSTITUIÇÃO**

Ordem de Serviço (nº ...) , de (dia) de (mês) de 201 .

O (autoridade designadora), no uso das atribuições que lhe confere (dispositivos legais que conferem a competência para a designação de comissão ou grupo de trabalho, inclusive regimento do órgão e a Portaria [nº/ano], que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências), resolve:

1. DESIGNAR o seguinte militar para compor a (comissão ou grupo de trabalho) designada por meio da Portaria (...), publicada no BG (Nº), de (dia) de (mês) de (ano) para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho) em substituição.

a) substituto: (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/(função na comissão ou grupo de trabalho);

b) substituído: (POSTO/GRADUAÇÃO QOBM/(...) (NOME COMPLETO DO MILITAR SEM ABREVIATURA), matr. (...)/(função na comissão ou grupo de trabalho);

(...)

2. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE DESIGNADORA) – POSTO QOBM/(...)
(FUNÇÃO)
matr. (...)

Ato de acordo com a Portaria (nº...)/(ano), publicada no BG (nº...), de (dia) de (mês) de 201 .

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

(CONTROLADOR) – POSTO QOBM/Comb.
matr. (...)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)/Cmt-Geral

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO COMANDANTE-GERAL

**INFORMAÇÃO SOBRE RECEBIMENTO DE RELATÓRIO DE (COMISSÃO OU GRUPO DE
TRABALHO)**

Portaria de (dia) de (mês) de 201 .

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II, III e VI do artigo 7º do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, que regulamenta o inciso I do artigo 10-B da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e a Portaria (nº/ano), que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências, resolve:

1. Informar que foi recebido o relatório da (comissão ou grupo de trabalho) designada por meio da Portaria (...), publicada no BG (Nº), de (dia) de (mês) de (ano) para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho);
2. Em consequência (providências que a autoridade designadora julgar necessárias, desmembradas em letras/alíneas).

Gilberto LOPES da Silva – Coronel QOBM/Comb.
Comandante-Geral



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL**
(OBM)



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)

Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO (AUTORIDADE DESIGNADORA)

**INFORMAÇÃO SOBRE RECEBIMENTO DE RELATÓRIO DE (COMISSÃO OU GRUPO DE
TRABALHO)**

Ordem de Serviço (nº ...) , de (dia) de (mês) de 201 .

O (autoridade designadora), no uso das atribuições que lhe confere (dispositivos legais que conferem a competência para a designação de comissão ou grupo de trabalho, inclusive regimento do órgão e a Portaria [nº/ano], que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências), resolve:

1. Informar que foi recebido o relatório da (comissão ou grupo de trabalho) designada por meio da Portaria (...), publicada no BG (Nº), de (dia) de (mês) de (ano) para (objeto da comissão ou do grupo de trabalho);

(...)

2. Em consequência (providências que a autoridade designadora julgar necessárias, desmembradas em letras/alíneas).

(AUTORIDADE DESIGNADORA) – POSTO QOBM/(...)
(FUNÇÃO)
matr. (...)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO)/Cmt-Geral Brasília, (dia) de (mês) de 201

ATO DO COMANDANTE-GERAL

**DISPENSA DE MILITAR DA FUNÇÃO QUE EXERCE EM (COMISSÃO OU GRUPO DE
TRABALHO)**

Portaria de (dia) de (mês) de 201 .

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II, III e VI do artigo 7º do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, que regulamenta o inciso I do artigo 10-B da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e a Portaria (nº/ano), que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências, resolve:

1. DISPENSAR o (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO MILITAR) da função que exerce na (IDENTIFICAÇÃO DA COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO E Nº DO BG DE DESIGNAÇÃO);
2. Em consequência (providências que a autoridade designadora julgar necessárias, desmembradas em letras/alíneas).

Gilberto LOPES da Silva – Coronel QOBM/Comb.
Comandante-Geral



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
(OBM)**



NB Nº /201 - (SIGLA DO ÓRGÃO) Brasília, (dia) de (mês) de 201 .

ATO DO (AUTORIDADE DESIGNADORA)

DISPENSA DE MILITAR DA FUNÇÃO QUE EXERCE EM (COMISSÃO OU GRUPO DE
TRABALHO)

Ordem de Serviço (nº ...) , de (dia) de (mês) de 201 .

O (autoridade designadora), no uso das atribuições que lhe confere (dispositivos legais que conferem a competência para a designação de comissão ou grupo de trabalho, inclusive regimento do órgão e a Portaria [nº/ano], que regulamenta o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, condições de funcionamento, e determina outras providências), resolve:

1. DISPENSAR o (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO MILITAR) da função que exerce na (IDENTIFICAÇÃO DA COMISSÃO OU GRUPO DE TRABALHO E Nº DO BG DE DESIGNAÇÃO);

2. Em consequência (providências que a autoridade designadora julgar necessárias, desmembradas em letras/alíneas).

(AUTORIDADE DESIGNADORA) – POSTO QOBM/(...).
(FUNÇÃO)
matr. (...)